

GUIA DE INICIAÇÃO  
AO DEBATE COMPETITIVO



TORNADU

LISBOA, 22-24 DE FEVEREIRO DE 2013

# GUIA DE INICIAÇÃO AO DEBATE COMPETITIVO

## **Introdução**

O debate competitivo em Portugal cresce hoje a um ritmo impressionante e atrai novas pessoas todos os dias, mas precisamos de garantir que cresce bem e de forma sustentada; que este não é mais um fogo fátuo, mas o início de um movimento cívico profundo e duradouro, que a partir da Universidade é capaz de transformar a forma como se pensa e fala, de como se age e se faz cidadania e liderança em Portugal. Para crescer bem e de forma sustentada precisamos de manter o movimento unido por regras claras e consensual que espelhem a tradição internacional, e por um compromisso solidário com a formação de novos oradores e adjudicadores.

Queremos que os debates deste TORNADU tenham a melhor qualidade possível, por isso recomendamos vivamente a todos os participantes que leiam atentamente o presente guia. Nele encontrarão a informação necessária para compreender o formato e perceber como devem debater e adjudicar os debates.

## **I. O *British Parliamentary Debate***

O British Parliamentary Debate (BP), ou World's Style, é um de muitos modelos de debate competitivo existentes pelo mundo fora, mas sem dúvida a mais popular e o que mais se tem crescido. De forma a dar oportunidades adequadas aos oradores nacionais e em sintonia com o que tem vindo a ser a prática em diversas sociedades de debates, iremos usar o BP neste torneio.

### **1. O modelo**

Há quatro equipas de duas pessoas cada num debate: Primeiro Governo (1G), Primeira Oposição (1O), Segundo Governo (2G), Segunda Oposição (2O). A ordem por que falam os oradores é 1G-1O-1G-1O-2G-2O-2G-2O. Cada orador faz um discurso de sete minutos que tem de ser coerente e complementar tanto com o do seu parceiro de equipa, como com os elementos da mesma bancada. Mas a apesar de não poderem contradizer a outra equipa da mesma bancada, o objetivo é manterem-se competitivas relativamente a todas as equipas, o que implica que cada equipa deve esforçar-se por dar um contributo distinto e melhor que a outra da mesma bancada.

Dos sete minutos de discurso o primeiro e o último estão protegidos, o que significa que não há pontos de informação nesse período. As perguntas não param o tempo. Quando fala alguém da bancada do Governo só a Oposição lhe pode fazer perguntas e vice-versa. Para pedir um ponto de informação o deputado em causa deve levantar-se e sinalizar o seu pedido esticando o braço, por exemplo. Quem estiver a discursar pode aceitar, adiar ou recusar o ponto e pode mesmo pedir pontos em dada altura do seu discurso.

Para além de pontos de informação há ainda pontos de clarificação. Este assinalam-se da mesma forma mas dizendo: “ponto de clarificação”. Os pontos de clarificação limitam-se a procurar esclarecer determinados aspetos do caso da bancada que não se encontram bem explicitados. Ninguém é obrigado a atender a um ponto de clarificação, mas pode ser uma boa ideia fazê-lo, já que se a bancada oposta está confusa, os adjudicadores (que julgam o debate e atribuem os pontos) podem também estar.

Há apenas duas circunstâncias em que é legítimo “apunhalar” a equipa da mesma bancada: quando há uma contradição interna no argumentário dessa equipa (neste caso podem escolher qual das afirmações contraditórias respeitar) e quando o caso montado pela equipa da sua bancada na “câmara alta” (1G ou 1O) é manifestamente impossível de sustentar junto de uma audiência com o mínimo de bom senso. Estes segundos casos abrangem situações em que a outra equipa oferece argumentos baseados em erros de facto indisputáveis (ex: o tabaco não provoca cancro) ou em posições morais aberrantes (ex: a pedofilia é uma tendência sexual legítima).

## 2. Os papéis de cada orador

<p><b>Primeiro Ministro</b></p> <p>a) Apresenta o problema que está na raiz da moção.</p> <p>b) Define a moção, apresentando eventualmente um modelo.</p> <p>c) Dá uma exposição detalhada em apoio do caso a defender, dando um conjunto de argumentos bem desenvolvidos e ilustrados para apoiar o caso em questão.</p>	<p><b>Líder da Oposição</b></p> <p>a) Oferece um <i>clash</i>, um ponto de colisão que torna as posições do Governo e da Oposição inconciliáveis.</p> <p>b) Refuta os argumentos do Governo.</p> <p>c) Apresenta a sua visão do problema em causa e dá um conjunto de argumentos bem desenvolvidos e ilustrados para rejeitar a moção.</p> <p>PS: Pode apresentar uma contraproposta.</p>
<p><b>Adjunto do Primeiro-Ministro</b></p> <p>a) Refuta os argumentos do líder da oposição.</p> <p>b) Oferece argumentos adicionais que contribuam para o caso do Governo.</p>	<p><b>Adjunto do Líder da Oposição</b></p> <p>a) Refuta os argumentos do Governo, em especial do Adjunto do Primeiro-Ministro.</p> <p>b) Oferece argumentos adicionais que contribuam para o caso da Oposição.</p>

### **Membro do Governo**

a) Refuta os argumentos da Oposição, em especial do Adjunto da Oposição.

b) Oferece uma extensão, ou seja, demonstrando lealdade e consistência relativamente ao 1G, o Membro do Governo deve procurar mudar o rumo do debate para novas áreas ainda não exploradas ou aprofundar pontos superficialmente analisados, dando-lhes um timbre original que materialize o contributo do 2G para o debate.

### **Membro da Oposição**

a) Refuta os argumentos do Governo, em especial do Membro do Governo.

b) Oferece uma extensão, ou seja, demonstrando lealdade e consistência relativamente à 1O, o Membro da Oposição deve procurar mudar o rumo do debate para novas áreas ainda não exploradas ou aprofundar pontos superficialmente analisados, dando-lhes um timbre original que materialize o contributo da 2O para o debate.

### **Whip do Governo**

a) Refuta os argumentos da Oposição, em especial do Membro da Oposição.

b) Sumariza o debate, enunciando os principais pontos de colisão observáveis, sustentando porque motivos a bancada opositora não conseguiu provar os seus pontos e porque meios a sua bancada conseguiu demonstrar os seus, concluindo por sinalizar a vitória para o lado do Governo.

c) Não pode apresentar novos argumentos. Estes deverão ser desconsiderados na íntegra pela Mesa.

### **Whip da Oposição**

a) Refuta os argumentos do Governo que possam ainda estar pendentes.

b) Sumariza o debate, enunciando os principais pontos de colisão observáveis, sustentando porque motivos a bancada opositora não conseguiu provar os seus pontos e porque meios a sua bancada conseguiu demonstrar os seus, concluindo por sinalizar a vitória para o lado da Oposição.

c) Não pode apresentar novos argumentos. Estes deverão ser desconsiderados na íntegra pela Mesa.

## **II. Funcionamento do TORNADU '13**

O TORNADU terá um funcionamento em tudo semelhante aos torneios internacionais de referência com que se pode comparar. Terá cinco rondas preliminares, que permitirão apurar as doze melhores equipas. As quatro melhores terão acesso direto às meias-finais, as oito seguintes, encontram-se nuns “quartos-de-final parciais”. As duas melhores equipas de cada debate nesses quartos-de-final acedem às meias-finais, onde encontram as quatro melhores equipas das rondas preliminares. As duas melhores equipas de cada debate das meias-finais são escolhidas para ir à Final, onde a melhor equipa é escolhida como vencedora.

Nas rondas preliminares, as posições no debate são geradas por um programa de computador, usado internacionalmente para a gestão de torneios. As posições são definidas

aleatoriamente no primeiro debate, e no seguinte são definidas procurando conciliar o objetivo de fazer as equipas todas rodar as quatro posições e o de encontrar equipas com igual número de pontos. Os *rankings* são elaborados ordenando as equipas de acordo com o número de pontos e, em caso de empate, sucessivamente pelos seguintes critérios: a) o número de pontos somados por ambos os oradores nas rondas preliminares; b) a posição relativa das equipas no(s) debates em que se confrontaram; c) moeda ao ar.

Durante os quatro primeiros debates a adjudicação é aberta, ou seja, os adjudicadores explicam às equipas coletivamente a sua decisão, apresentando as suas razões para colocar cada equipa em cada posição, mas não relevando as pontuações atribuídas a cada orador. De qualquer modo, em qualquer fase da competição os adjudicadores encontram-se disponíveis para, após a divulgação dos resultados, conversar com os oradores sobre a sua prestação e sobre as melhores formas de estes superarem as suas dificuldades.

O melhor orador será encontrado somando todos os pontos obtidos pelo orador em causa nas rondas iniciais. Em caso de empate, o título será partilhado pelos oradores em causa.

### **III. “Equity”**

A equipa de adjudicação tem também como objetivo garantir que os debates decorrem num ambiente que não é hostil a nenhum dos participantes, sejam eles oradores, ou adjudicadores. Comportamentos ou afirmações ofensivas ou discriminatórias, dentro ou fora dos debates, estão em clara oposição com os valores que este torneio procura promover e não serão tolerados.

Os adjudicadores NÃO deverão prejudicar as equipas dos oradores que tiverem comportamentos ou proferirem afirmações ofensivas. Deverão ignorar essas afirmações no contexto de debate, mas deverão contactar a “CA-team” para que esta tome as providências necessárias.

### **IV. Como debater? – Algumas Regras**

Ao contrário do *public speaking* o debate é uma parte que vive do confronto de posições distintas. Os diferentes oradores usam o seu tempo para produzir argumentos que dão plausibilidade a formas opostas de entender determinados assuntos, mas também refutar os argumentos da outra bancada.

É tradicional entender que a capacidade de persuasão de um discurso é dada sobretudo pelo qualidade da forma (a estrutura, o estilo, a fluência, a atitude) e do conteúdo (a variedade e profundidade dos argumentos, o detalhe da análise e da refutação), mas estas variáveis não devem ser entendidas de forma estanque. Diante de um adjudicador maduro,

difícilmente alguém consegue ter uma forma persuasiva sem ter bom conteúdo, da mesma forma que é impossível transmitir de forma eficiente boas ideias sem evidenciar qualidades de forma.

Para mais estes elementos não vivem no vácuo. Um argumento é apenas tão bom quanta a sua plausibilidade e relevância depois de ter sido dada a oportunidade à oposição para o refutar. A adjudicação de um debate é feita olhando sobretudo ao contributo de cada equipa para o mesmo com argumentos sólidos, desenvolvidos e relevantes nas principais linhas de colisão entre as bancadas.

Há no entanto um conjunto limitado de regras que garantem o bom funcionamento do debate e por isso têm de ser respeitadas, ainda que nem sempre digam diretamente respeito ao contributo da equipa para o debate.

### **1. Cumprimento dos Papéis**

O cumprimento dos papéis de cada orador e da equipa como um todo é algo essencial para termos um bom debate. As equipas que não cumprirem de todo o seu papel devem ser penalizadas, mas isto não quer dizer que fiquem sempre em último: há sempre a possibilidade de alguém ter feito pior trabalho.

Não devemos ser demasiado exigentes neste ponto. Equipas que fazem o seu papel mal a verdade é que fazem o seu papel e serem prejudicadas duas vezes (por não serem persuasivos e por cumprirem mal) seria também injusto.

As equipas da câmara baixa teriam a oportunidade de serem muito persuasivas se simplesmente repetissem os argumentos das respetivas bancadas, porque teriam quase o triplo do tempo de preparação. Se uma equipa até é mais persuasiva mas andou a repetir argumentos não pode ser penalizada em termos de persuasão, mas tê-lo-á de ser neste sede. Mas já não será assim quando uma equipa oferece uma má extensão. Ofereceu extensão? Sim. Então terá de ser penalizada pela forma ou pelo conteúdo.

Se uma equipa procura centrar o debate em temas centrais e as outras o empurram para temas secundários essa equipa estava certa e as restantes estavam erradas. A equipa que está certa não pode ser prejudicada por ter sido ignorada. No entanto pode ser valorizado o trabalho de uma equipa que introduz um tema importante no debate e que se torna central.

### **2. Definições e Modelos**

Visto tratar-se de um Torneio Nacional poderá haver moções cujo âmbito de aplicação é e só poderá ser Portugal, mas poderá haver outras com um âmbito distinto. Da mesma forma os debates passam-se em regra no dia do debate e não noutra qualquer altura histórica.

Regra geral isto não oferece dúvidas. Se se debater “Esta Casa acredita que se devia reestabelecer a pena de morte” é legítimo definir a moção dizendo que estamos a falar de a reestabelecer em Portugal, embora não seja essa a única opção. Se a moção fosse “Esta Casa

aboliria a pena de morte” claramente não estamos a falar de Portugal e portanto seria legítimo dizer que se trataria de uma abolição generalizada.

O Primeiro-Ministro não deve fugir com o rabo à seringa: a moção não pode ser definida de forma abusiva, devendo resumir-se à explicitação de um dos sentidos em que um indivíduo razoável a poderia interpretar normalmente. Não deve portanto nem ser imprevisível nem tornar desproporcional o fardo com que se onera a oposição.

No caso de moções que requeiram algum tipo de ação é exigido ao Primeiro-Ministro que ofereça um modelo que se articula com a definição. Exemplo: “Esta Casa acredita que o mercado livre não liberta” não necessita de qualquer modelo. Mas “Esta Casa aboliria o livre mercado” provavelmente precisaria que se explicasse exatamente como se faria isto, a que prazo, com que condições e qual o modelo económico alternativo que se estabeleceria. Um modelo é simplesmente isso: uma explicação de como se tenciona operacionalizar a medida que se está a defender.

Da mesma forma que a definição não deve ser abusiva o modelo também tem de ir no sentido da definição, mas pode incluir elementos adicionais mais ou menos imprevisíveis mas relacionados com o modelo. Exemplo: “Esta Casa assassinaria o ditador X”. Não é legítimo dizer que assassinaria a sua imagem pública denunciando o seus crimes de várias formas, nem colocá-lo em estado vegetativo com um veneno especial: é preciso defender um plano para o matar mesmo. Mas já seria legítimo dizer que depois do assassinato iríamos ajudar a estabelecer instituições democráticas no país através de eleições.

O modelo tem de ter um nível de detalhe suficiente para permitir um bom debate, mas não precisa de mais do que isso. Se estamos a falar da invasão de um país é necessário especificar que países protagonizarão a invasão, e se é para sair de lá em dois meses ou para ocupar o território, mas não é necessário dizer de quantos porta-aviões estamos a falar.

Tanto a definição como o modelo devem vir no início do discurso, tornando assim o discurso mais claro e dando mais oportunidade à oposição para perceber qual o caso do Governo.

### **3. Contrapropostas**

A 1O pode fazer uma contraproposta, ou seja, apresentar um modelo de ação que excluiu logicamente a possibilidade de realizar a proposta apresentada pelo 1G. Se o 1G defende que a Índia deveria ganhar direito de veto no Conselho de Segurança, a 1O pode propor abolir o Conselho de Segurança. As soluções excluem-se mutuamente, o que dá um argumento suplementar à Oposição: a proposta do governo excluiu uma possibilidade melhor que é incompatível com esta. Contrapropostas dão debates interessantes porque colocam duas alternativas sobre a mesa, e avaliam os custos e benefícios de ambas, mas isso aumenta a complexidade das tarefas de todos os oradores no debate.

#### **4. Status Quo**

No TORNADU é legítimo apelar-se ao *status quo* no que diz respeito a políticas internas do Estado, mas apenas quando estas se aplicam a todo o território nacional. Ou seja, se a moção for “Esta Casa legalizaria a adoção por casais de pessoas do mesmo sexo” é legítimo apelar para o facto de já ser permitido o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Diferente seria a oposição dizer que a discussão da introdução de orçamentos participativos é irrelevante porque estes já existem em alguns municípios do país. Alerta-se para o facto de isto não ser possível em competições internacionais, onde é mais rara a existência de um status quo homogéneo.

#### **5. Capacidade de Implementação**

Deve aceitar-se que o Governo tem capacidade para promover o conjunto de ações ou alterações legislativas que a moção pretende que se leve a cabo. Ou seja, se a moção diz “EC legalizaria a prostituição”, deve aceitar-se, ou pelo menos ficcionar-se, que o Governo tem capacidade política para fazer passar legislação nesse sentido. Assim, neste debate, argumentos sobre a capacidade do Primeiro-Ministro de convencer os deputados na AR a fazer passar esta legislação são irrelevantes. Obviamente que isto não quer dizer que a Oposição deva aceitar a capacidade política e administrativa do governo para lidar com as possíveis consequências desta medida.

#### **6. Desafio à definição**

Quando é manifesta a ilegitimidade de uma dada definição, o líder da oposição pode desafiar a moção, oferecendo no seu discurso uma definição alternativa. Se não for desafiada nestes termos o debate deve prosseguir com a definição dada no início do mesmo.

Aquilo que em regra se sucede não é um debate sobre a moção mas sobre a legitimidade da definição para o qual ninguém se preparou e uma hora de discursos desarticulados sobre o significado de conceitos e jogos de palavras. Portanto, para o superior interesse do debate as equipas devem a todo o custo evitar desafiar a moção. Podem e devem apontar que acham estranha a definição do 1G, podem mesmo dizer que julgavam que o debate ia ser sobre outra coisa completamente diferente, mas, como bons cavalheiros irão debater segundo as regras do adversário e vencê-los no seu próprio jogo, mesmo sabendo que o campo está inclinado.

Qualquer adjudicador razoável apreciará o esforço das equipas que procurarem fazer isto e certamente colocará o 1G numa posição de fragilidade.

## 7. Interesses dos Agentes

Quando uma moção ou a definição estabelecem que um determinado grupo, pessoa ou instituição deverá tomar um certo curso de ação é legítimo para ambas as bancadas fazer argumentos baseados tanto nos interesses específicos desses agentes, como nos interesses de outros *stakeholders* e em princípios morais.

## 8. Falácias

Num debate deve recorrer-se tanto quanto possível a argumentos lógicos do estilo se  $A=B$  e  $B=C$ ,  $A=C$ . Mas é possível também recorrer a determinadas “falácias” de forma perfeitamente legítima, visto que o orador não precisa de demonstrar a veracidade de determinadas afirmações, apenas a sua verosimilhança.

Mas a plausibilidade criada por diferentes falácias é muito diferente. Quase todas as escolas no topo dos *rankings* serem privadas pode dar alguma plausibilidade à afirmação de que as escolas privadas são melhores que as públicas, mas alguns árabes serem terroristas não faz deles todos terroristas. O mesmo vale para falácias de autoridade que apelem para o que diz um autor, um livro sagrado, ou até mesmo a lei. As afirmações e posições de terceiros estão sujeitas ao mesmo nível de crítica e escrutínio que as afirmações e posições do próprio orador, e se a lei proíbe o que se propõe, o objetivo da moção provavelmente é mesmo discutir uma eventual mudança da lei, ou da forma como esta é interpretada.

## 9. Nível de Língua e Jargões

Este modelo partilha de alguns dos formalismos de um debate parlamentar. Isso recomenda a que o registo seja mantido a um nível de língua com uma elevação mínima. No entanto, os oradores não devem ser prejudicados por usarem expressões mais infelizes, a menos que isso prejudique a perceção do seu contributo para o debate.

O uso do jargão de determinadas ciências também não pode ser nem penalizado, nem valorizado por si só. Tem de ser contextualizado no discurso em causa de forma a perceber-se se está a conseguir transmitir a ideia com clareza ou não. Cremos que junto do indivíduo medianamente culto a palavra “superavit” não será problemática, apesar de ser parte do jargão económico. Exemplo: “a diminuição das despesas vai criar um superavit, que poderá vir a ser usado para criar reservas de que o país poderá vir a necessitar para criar política orçamental anticíclica”. O indivíduo medianamente culto perceberá o que se entende por superavit, mais não seja pelo contexto, mas já será necessário explicar o que se entende por política orçamental anticíclica, até porque o contexto pode não o permitir deduzir.

## **10. Perguntas**

As perguntas são um momento de quebra nos debates e de potencial mudança do equilíbrio que até ali se desenha. O deputado que faz a pergunta deve vê-la como uma oportunidade, o orador que a aceita como uma ameaça, mas também como uma oportunidade. Cria tempo de antena contra uma ideia dentro do tempo a favor, porque para responder a uma pergunta não há tempo de preparação e uma pergunta bem feita pode desequilibrar o discurso.

O número ideal de perguntas a aceitar num discurso em regra três entre os membros de cada equipa, sendo que cada orador deverá aceitar pelo menos uma. Mas oradores não devem ser penalizados por não responder a nenhuma pergunta a menos que lhes tenham sido oferecidos vários pontos de informação ao longo do último minuto desprotegido, caso em que dever-se-á ficcionar que o orador respondeu mal a uma pergunta que lhe foi colocada.

Se a pergunta for demasiado longa, ou for na verdade uma série de perguntas, o orador pode pedir ao deputado que a faz para se sentar. O deputado deverá aceitar o convite a sentar-se, independentemente de estar ou não a demorar muito tempo. No entanto, a Mesa pode penalizar o orador se ele convidar a sentar um deputado que não está a demorar demasiado tempo e não está a fazer o orador perder tempo.

As perguntas não necessitam de ser verdadeiras perguntas, mas podem ser comentários, argumentos ou pedidos de esclarecimento.

## **11. Postura no Lugar**

Aplaudir com os nós dos dedos no final ou depois de uma piada bem mandada é um sinal de desportivismo, mas não é obrigatória. Apenas são permitidas pontualmente e com moderação algumas interjeições tipicamente parlamentares (“vergonha”, “muito bem”, “olhe que não”). Em caso algum se deve procurar estabelecer diálogo ou responder a um argumento.

Os colegas de equipa podem e devem comunicar durante o debate, mas sem perturbar o decurso do mesmo.

## **12. Respeito pelo Tempo**

Deverá ser dada uma tolerância de 15 segundos os oradores para lá dos sete minutos em que poderão concluir o seu raciocínio, mas que não deverão usar para introduzir material novo. Tudo o que for dito para lá desses quinze segundo deverá ser ignorado pela Mesa.

Os oradores que terminarem antes do tempo não deverão ser prejudicados por o fazerem, mas dificilmente conseguirão pontuações muito elevadas visto que em menos tempo deverão conseguir trazer menos material.

## **V. Como Adjudicar? – Algumas Regras**

A adjudicação é a atividade de atribuição de pontos aos deputados pelo seu desempenho durante todo o debate, sendo esta desempenhada pelos elementos da Mesa. É uma atividade complexa que implica avaliar e pesar de forma compreensiva diversos critérios e depois traduzir um juízo qualitativo que ordena as equipas umas em relação às outras e numa juízo quantitativo, no caso, uma escala de cinquenta a cem.

As equipas são ordenadas do primeiro ao último lugar tendo em conta o contributo que o caso por si apresentado deu ao debate. A primeira equipa consegue 3 pontos, a segunda equipa 2 pontos e a terceira equipa 1 ponto.

Mais importantes que os pontos dos oradores é a ordenação das bancadas, da mesma forma que é mais importante em futebol vencer os jogos, que fazer goleadas. O critério fundamental para a passem às fases seguintes da competição é o lugar em que a equipa fica e não os pontos. Isto deverá ser sobretudo uma lição para os oradores: mais importante que as suas prestações individuais é o contributo que fazem para o debate e que é creditado em nome da equipa.

Dada a importância deste ponto, vemo-nos forçados a repetir: diante de um adjudicador maduro, dificilmente alguém consegue ter uma forma persuasiva sem ter bom conteúdo, da mesma forma que é impossível transmitir de forma eficiente boas ideias sem evidenciar qualidades de forma.

Só com a experiência é possível afinar critérios e conseguir a sensibilidade necessária para uma adjudicação justa. Na atribuição de pontos o confronto de diferentes ideias entre os adjudicadores é particularmente importante. Em muitas situações um dos adjudicadores não está a valorizar suficientemente algum critério, os outros devem procurar chamá-lo à razão defendendo os seus motivos para se dar uma pontuação mais alta ou mais baixa.

### **1. Quem estamos a tentar convencer?**

O adjudicadores devem fazer o possível por se abstrárem das suas posições pessoais relativamente ao tema. Devem ser tábuas rasas e julgar os argumentos apresentados como os julgaria um indivíduos medianamente culto, que está ocorrente dos principais eventos nacionais e internacionais e por isso não se deixa levar por referências a dados e factos falsos. É um indivíduo sem opinião formada sobre nenhum assunto e com uma mente suficientemente aberta para aceitar argumentos inovadores e contraintuitivos, se bem explicados. É um indivíduo inteligente mas não disposto a fazer o trabalho de colmatar saltos lógicos nos discursos, ou usar o que sabe sobre os casos que conhece para reforçar o caso de qualquer uma das equipas. Este indivíduo ficcional também não é especialista em área alguma, pelo que não percebe termos como “política orçamental anticíclica”, mas sabe o que é a inflação.

## 2. Processo de Decisão

É quase sempre possível chegar a um consenso entre os adjudicadores quando estes vão para a reunião de adjudicação com abertura de espírito e capacidade de rever as suas opiniões à luz de uma pluralidade de opiniões com os quais vão ser confrontados.

Caso não seja possível chegar a um consenso, os adjudicadores devem votar sobre as decisões a ser tomadas. O Presidente da Mesa tem voto de qualidade, ou seja, decide em caso de empate em qualquer votação. Caso haja alguma dúvida de fundo relevante para a ordenação das equipas, os adjudicadores deverão consultar a equipa de adjudicação.

Pontos	Descrição Qualitativa
95-100	É este o material de que é feita a história. Vemos, ou somos forçados a imaginar uma língua de fogo sob a cabeça do orador. Este é provavelmente um dos melhores discursos algumas pronunciados na galáxia, o que deixa a Mesa e os oponentes sem qualquer tipo de resposta articulada. Só podemos dizer: Mazel tov!
90-94	Argumentos brilhantes dominam por completo os principais temas do debate. Os momentos de puro génio multiplicam-se e ameaçam tomar conta de todo o discurso. O detalhe da argumentação e a profundidade apresentadas não deixam margem para dúvidas: este é um discurso extremamente persuasivo. Estrutura e conteúdo perfeitos.
85-89	Argumentos plausíveis e relevantes resolvem os principais temas do debate e são sustentados por uma análise completa e profunda. São necessárias respostas altamente sofisticadas para refutar o que é apresentado. Os papéis são desempenhados de forma perfeita e os momentos de brilhantismo sucedem-se de forma natural ao longo do discurso.
80-84	Os argumentos são muito bons e vão de encontro aos pontos mais pertinentes no debate. São claros e razoáveis, embora possam deixar alguma margem para ataque. O orador apresenta um estilo consistente e é persuasivo durante a maioria do discurso.
75-79	Os argumentos são plausíveis e relevantes, mas ocasionalmente deixam algo a desejar em termos de profundidade e detalhe da análise. Raramente, pode aparecer um argumento ou exemplo mais fora do baralho. Mas ainda assim os argumentos são vulneráveis a respostas inteligentes e bem estruturadas. Os papéis são desempenhados com competência e o estilo capta a atenção.
70-74	Os argumentos são relevantes e alguma explicação é fornecida, mas são apresentados de forma pouco persuasiva e com saltos lógicos. O orador enceta por vezes argumentos irrelevantes ou faz uma argumentação simplista. O estilo capta a atenção, mas é ocasionalmente pouco claro. A estrutura e o cumprimento dos papéis é tipicamente imperfeito, mas cumprido nos seus requisitos mínimos.
65-69	Alguns argumentos relevantes são feitos, mas aparecem suportados por explicações rudimentares. O orador é claro o suficiente para ser entendido para pode ser difícil seguir o seu raciocínio por vezes. A estrutura é tipicamente pobre e há uma tentativa de preenchimento dos papéis que mal consegue satisfazer os mínimos.
60-64	Os argumentos são apenas ocasionalmente relevantes e a incompletude dos raciocínios lógicos é evidente. O estilo é confuso, há problemas claros de estrutura, ou falta dela, nota-se que o orador até percebe o seu papel, mas falha em concretizá-lo de forma competente.

Pontos	Descrição Qualitativa
55-59	Na melhor das hipóteses, os argumentos são atirados para o ar e é difícil seguir o pensamento do orador. Sair da sala e não voltar começa a ser uma opção.
50-54	É doloroso assistir ao orador a afundar-se a cada minuto que passa. Provavelmente seríamos mais persuadidos por comer uvas passas do que por qualquer coisa que tenha sido abordada. Não há um argumento com princípio meio e fim, nem estrutura, nem cumprimento dos papéis.

## VIII. Notas Finais

Tanto a equipa de adjudicação como a equipa responsável pela logística do Tornadu têm trabalhado afincadamente para tornar este evento especial, marcante, inesquecível. Mas grande parte do sucesso do torneio não depende de nós mas dos seus participantes.

Esperamos que falem com pessoas com quem nunca falariam, que se deixem convencer por casos aparentemente mais absurdos, que riam, sorriam e se (re-)apaixonem; mais não seja pelo debate. Acima de tudo fica um conselho: divirtam-se muito sério!

**A vossa “CA-Team”,**

Ary Ferreira da Cunha

Cláudia Freitas

João Francisco Sá